

# Governo determina processo contra Enel por quedas de luz em São Paulo

APÓS APAGÕES...

## PROCESSO CONTRA ENEL SP

### Governo manda Aneel investigar falhas e fala em cancelar contrato. Caso pode afetar concessão no Rio

BERNARDO LIMA, BRUNO ROSA, VICTORIA ABEL E HYNDARA FREITAS [www.globo.com/brasil/rio-de-janeiro](https://www.globo.com/brasil/rio-de-janeiro)

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, enviou ontem ofício à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em que pede a abertura de processo disciplinar para investigar o que ele chama de "transgressões reiteradas" da distribuidora de energia Enel em São Paulo. Ele cita a possibilidade de cancelamento do contrato por falhas na prestação do serviço, menciona o apagão de novembro de 2023 e as recentes quedas de energia no Centro de São Paulo. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o prefeito da capital, Ricardo Nunes, elogiaram a iniciativa. Especialistas criticaram a medida e apontam necessidade de rever exigências contratuais a distribuidoras, além de apontarem cunho político na declaração.

A Aneel disse que já há dois processos para avaliar se a distribuidora tem capacidade de honrar a concessão e se está corrigindo as falhas no serviço.

A caducidade, nome técnico dado para a cassação de um contrato de concessão, pode ser recomendada pela Aneel, depois de verificar que a empresa vem descumprindo obrigações contratuais e não tem condições de manter a prestação de serviços à população. Contudo, a decisão sobre cancelar ou não o contrato é do Ministério de Minas e Energia. A Enel SP atende aproximadamente 7,7 milhões de unidades consumidoras de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana do estado, incluindo a capital.

Para especialistas, é preciso investir em melhorias no marco regulatório do setor de forma a aumentar os investimentos das companhias de distribuição no país. Ressaltaram ainda a necessidade de serem aperfeiçoados os índices de qualidade para o setor, como os que medem a frequência e a duração das interrupções (chamados de FEC e DEC, respectivamente).

**21º EM RANKING DA ANEEL**  
De acordo com Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel, o contrato de concessão define claramente o que pode levar ao pedido de caducidade de uma concessão, como os critérios de qualidade do serviço: — A Aneel define metas anuais a serem cumpridas

pelas concessões. A Enel em São Paulo, apesar das sucessivas falhas, tem cumprido essas metas, pelo menos até 2023. O problema é que o poder concedente se deu conta de que a média em torno de 11 horas de interrupção por ano indica uma qualidade de serviço terrível.

Para ele, é preciso exigir melhorias profundas no contrato de concessão. — O meio utilizado agora pelo poder concedente para tratar da Enel enfraquece terivelmente o processo. Expôs o fiscal, que é a Aneel. E a caducidade jamais deve começar com um pedido do poder concedente ao fiscal (Aneel). Isso pode contaminar o processo com variáveis e razões políticas, que estão claras em falas do MME.

Ao determinar a abertura do processo, o ministro pede para ser avaliado se a prestação dos serviços ocorre de forma inadequada ou deficiente; se há descumprimento das cláusulas contratuais ou

disposições legais; se a concessionária perdeu as condições técnicas ou operacionais para manter a prestação dos serviços; e se a concessionária deixou de atender intimação da Aneel para regularização dos serviços.

**ENEL DIZ CUMPRIR OBRIGAÇÃO**  
Em ranking da Aneel com 29 empresas com mais de 400 mil unidades consumidoras no ano passado, a Enel SP ficou na 21ª posição, empatada com a Enel RJ. O indicador considera valores de duração e frequência de desligamento comparado aos limites definidos pela Aneel.

O ministro alegou "notória insatisfação da população" e "baixo desempenho" como motivos no ofício.

"Os apagões na área de concessão da Enel SP têm levado a uma insatisfação generalizada dos consumidores de

energia elétrica, tanto pela frequência como pela duração destes eventos, provocando grande impacto na vida das pessoas e na dimensão financeira decorrente das interrupções das atividades produtivas e comerciais. A classe política, em representação aos interesses da população, também tem se manifestado e cobrado a atuação tempestiva do Poder Público", afirma o ministro à Aneel.

À GloboNews, Silveira chamou os problemas de "transgressões reiteradas": — A Enel tem reiteradamente

prestado serviço de qualidade muito aquém do que determina inclusive a regulação.

Mais tarde, Silveira disse que os problemas podem afetar a renovação do contrato de concessão da Enel no Rio, que termina em dezembro de 2026 e pode ser prorrogado por decisão do governo. A Enel RJ atende Niterói, Região dos Lagos e o Norte Fluminense.

Na opinião da professora da Escola de Química da UFRJ e diretora do Instituto Illumina, Clarice Ferraz, as declarações do ministro representam uma "ameaça vazia". Para ela, esse tipo de declaração desgasta o Executivo e não resolve o problema da distribuição.

— Já houve problema no Sul, no Norte e até no Rio. O setor precisa de reforma, e as redes estão sucateadas. O marco regulatório precisa ser aperfeiçoado. Há várias distribuidoras com problemas.

Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, afirma que a declaração do ministro tem cunho político

e não ajuda o setor. Ele diz que retomar a concessão pode encarecer o custo de financiamento das empresas e atrapalhar o processo de renovação das concessões.

— Esse aumento de incertezas traz mais custos, que são repassados para o consumidor, via tarifa. Uma saída é que a Aneel faça a reavaliação dos índices de qualidade. E esse é o trabalho permanente hoje do órgão regulador.

Em nota, a Enel disse que cumpre com "todas suas obrigações contratuais e regulatórias" e que está implementando um plano de investimentos e modernização dos serviços, que inclui aumento do quadro de funcionários próprios. Segundo a distribuidora, até o fim de 2026 serão investidos R\$ 18 bilhões no Brasil — sendo que cerca de 80% serão investidos em distribuição de energia.

"Em São Paulo, desde 2018, quando assumiu a concessão, a Enel já investiu R\$ 8,36 bilhões, com média de cerca de R\$ 1,4 bilhão por ano, quase o dobro da média anual de R\$ 800 milhões realizada pelo controlador anterior. Com isso, os indicadores operacionais DEC (que mede o tempo médio durante o qual cada unidade consumidora fica sem energia elétrica) e FEC (que contabiliza o número de interrupções ocorridas) registraram melhora de quase 50% desde 2017, e estão melhores que as metas estabelecidas pela Aneel", diz a empresa.

O prefeito de São Paulo afirmou que a abertura do processo é "acertada, porém demorada".

— Chegou o momento de o governo federal entender toda a problemática e todo sofrimento das pessoas que são clientes da Enel na cidade de São Paulo. É perceptível que a Enel não tem condições para tocar esse processo, falta investimento.

**PETRÓLEO PARA BAIXAR CONTA**  
O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, afirmou que é favorável ao término da concessão da Enel. Ele disse à CNN Brasil, que sugeriu o início do processo de caducidade ao ministro semana passada.

Em outra frente, Silveira sugeriu ao presidente Lula e ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que sejam usados recursos do Orçamento, ou seja, da verba disponível do Tesouro, para baratear a conta de luz. Ele voltou a criticar subsídios a grandes consumidores e disse que uma opção é usar recursos dos leilões da PPSA para minimizar impacto ao consumidor.



A luz de velas. Apagão em área do Centro de São Paulo em março; analistas dizem que é preciso rever exigências a distribuidoras em contrato



Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 13